

PROCEDIMENTO N.º P22/CP/AMT/2024

CONCURSO PÚBLICO

**Aquisição de Licenciamento do Software Corporativo
Microsoft 365, Teams, Project Pro e Power BI**

PROGRAMA DO CONCURSO

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso	4
Artigo 2.º Entidade adjudicante e plataforma eletrónica utilizada.....	4
Artigo 3.º Órgão competente para a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Tipo de procedimento	4
Artigo 5.º Concorrentes	5
Artigo 6.º Agrupamentos	5
Artigo 7.º Peças do procedimento	6
Artigo 8.º Consulta das peças do procedimento	6
Artigo 9.º Júri.....	6
CAPÍTULO II APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
Artigo 10.º Esclarecimentos e retificação das peças do concurso	7
Artigo 11.º Erros e omissões das peças do concurso	7
Artigo 12.º Esclarecimentos e suprimento de propostas.....	8
Artigo 13.º Documentos da proposta	8
Artigo 14.º Propostas variantes	10
Artigo 15.º Prazo e modo de apresentação das propostas	10
Artigo 16.º Apresentação das propostas por agrupamentos	11
Artigo 17.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	11
CAPÍTULO III ANÁLISE DAS PROPOSTAS	12
Artigo 18.º Critério de adjudicação	12
Artigo 19.º Critério de desempate.....	12
Artigo 20.º Relatório Preliminar de análise das propostas	12
Artigo 21.º Audiência Prévia	12
Artigo 22.º Relatório Final de análise das propostas	13
CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	13
Artigo 23.º Decisão de adjudicação	13
Artigo 24.º Celebração do contrato.....	14
Artigo 25.º Caução	15
Artigo 26.º Notificações e comunicações.....	15

Artigo 27.º Sigilo	15
Artigo 28.º Foro	15
Artigo 29.º Disposições finais	15

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

Constitui objeto do presente concurso público a “Aquisição de Licenciamento do Software Corporativo Microsoft 365, Teams, Project Pro e Power BI”, de acordo com o estabelecido no presente Programa do Concurso e no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante e plataforma eletrónica utilizada

- 1 -A entidade adjudicante é a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), pessoa coletiva de direito público, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 128, 1050-020 Lisboa , com o NIPC 513 637 257, telefone (+351) 211 025 800, correio eletrónico geral@amt-autoridade.pt, página eletrónica www.amt-autoridade.pt.
- 2 -No presente procedimento de concurso público é utilizada a plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada através do Despacho do Sr. Diretor da Direção Administrativa e Financeira da AMT, Dr. Paulo Jara, datado de 12/12/2024, ao abrigo dos poderes que lhe estão delegados, nos termos do ponto i) da subalínea b1) do número 24.1 da Deliberação n.º 633/2024, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 9 de maio de 2024.

Artigo 4.º

Tipo de procedimento

- 1 -O procedimento pré-contratual adotado é o concurso público sem publicidade internacional, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, que seguirá a disciplina dos artigos 130.º a 139.º e 146.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

- 2 - O tipo de procedimento adotado justifica-se face ao valor do contrato a celebrar, que será inferior ao limiar europeu referido na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP, alterado pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/2495 da Comissão, de 15 de novembro de 2023 que altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limites para os contratos públicos de conformidade, os contratos públicos de serviços e contratos de empreitada de obras públicas, bem como para os concursos de concessão.

Artigo 5.º

Concorrentes

Sem prejuízo do previsto no artigo 55.º-A do CCP, só podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 6.º

Agrupamentos

- 1 - Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 2 - A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante a AMT, pela manutenção da proposta, com as devidas consequências legais.
- 3 - Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada previamente pela AMT, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 4 - Quando for o caso, cada uma das entidades que integram o agrupamento, deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenha sede, de que se submete à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 5 - Todas as empresas constituintes de agrupamento ou consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação identificados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

- 6 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem simultaneamente ser concorrentes, nem integrar outro agrupamento concorrente, no mesmo procedimento.
- 7 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a AMT, pela manutenção da proposta.
- 8 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, devem associar-se obrigatoriamente na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária.

Artigo 7.º

Peças do procedimento

As peças do presente concurso público são as seguintes:

- a) Anúncio do Diário da República;
- b) Programa do concurso;
- c) Caderno de encargos.

Artigo 8.º

Consulta das peças do procedimento

As peças do concurso, indicadas no anterior artigo, encontram-se integralmente disponibilizadas, de forma gratuita, na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do artigo 2.º do presente Programa do Concurso.

Artigo 9.º

Júri

- 1 - O presente concurso é dirigido por um júri, constituído por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
- 2 - O júri designado inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio dos anúncios para publicação.
- 3 - Compete, nomeadamente, ao júri:
 - a) Proceder à apreciação das propostas;
 - b) Elaborar os relatórios de análise e de avaliação das propostas.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 10.º

Esclarecimentos e retificação das peças do concurso

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser solicitados pelos interessados e devem ser prestados, nos termos do presente programa do concurso.
- 2 - Os referidos pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados através da plataforma eletrónica referida no artigo 2.º, para o júri do concurso, ao abrigo das competências que lhe estão delegadas, de acordo com o disposto na alínea c) do número 3 do artigo 9.º, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.
- 3 - Todos os esclarecimentos serão prestados pelo júri do concurso, através da plataforma eletrónica acima identificada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
- 4 - Ao que não esteja expressamente regulado no presente artigo, aplicar-se-á o regime jurídico constante do artigo 50.º e do artigo 64.º, ambos do CCP.

Artigo 11.º

Erros e omissões das peças do concurso

- 1 - Deve ser apresentada, pelos interessados, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do concurso por si detetados, nos termos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 50.º do CCP, bem assim como deve, o órgão competente para a decisão de contratar, identificar os respetivos termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, de acordo com o n.º 6 do mesmo artigo 50.º.
- 2 - A lista de erros e omissões referida, deve ser apresentada pelos interessados, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP, através da plataforma eletrónica referida no artigo 2.º.
- 3 - A pronúncia quanto aos termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões

aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, deve ser publicitada através da plataforma eletrónica acima identificada, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, considerando-se rejeitados todos os erros e omissões que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

- 4 - Ao que não esteja expressamente regulado no presente artigo, aplicar-se-á o regime jurídico constante do artigo 50.º e do artigo 64.º, ambos do CCP.

Artigo 12.º

Esclarecimentos e suprimento de propostas

- 1 - O júri pode pedir aos concorrentes, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, com as consequências descritas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
- 2 - O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas causadas que careçam de suprimento, em cumprimento e nos termos precisos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
- 3 - O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculos contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido, ao abrigo do n.º 4 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 13.º

Documentos da proposta

- 1 - A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, de apresentação obrigatória, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do CCP:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do mesmo diploma legal, devendo ser assinada pelo concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Documento que contenha o atributo da proposta, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP: indicação do preço unitário e o respetivo valor

global (sem IVA, expresso em algarismos e por extenso, devendo ainda mencionar expressamente, desde que aplicável, que ao referido preço acresce o IVA, com indicação da taxa aplicável), enquanto único aspeto da execução do objeto do contrato a celebrar submetido à concorrência, de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar;

c) Declaração, emitida pelo fabricante, em data posterior à abertura do procedimento, a qual ateste que o concorrente (ou, no mínimo, um dos membros do agrupamento concorrente), possui as competências necessárias ao suporte técnico e à resolução de problemas decorrentes do licenciamento a adquirir, em conformidade com o exigido na Cláusula 27.^a do caderno de encargos;

2 -A não apresentação de algum dos documentos descritos no ponto 1. da presente cláusula, determina a exclusão liminar da proposta apresentada.

3 -Sem prejuízo do acima exposto e de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º do CCP, integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo.

4 -Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos e no prazo determinado pelo artigo 66.º do CCP.

5 -Os documentos que constituem a proposta, incluindo os referidos no n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

6 -Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- 7 - Os concorrentes podem apresentar outros documentos que julgarem indispensáveis para efeitos de apreciação da proposta, incluindo outros elementos que contenham atributos da proposta.
- 8 - A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

Artigo 14.º

Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 15.º

Prazo e modo de apresentação das propostas

- 1 - As propostas serão entregues, até às 23h59m59s do 9.º (nono) dia consecutivo a contar da data do envio, para publicação, do Anúncio no Diário da República, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica da AMT, identificada no n.º 2 do artigo 2.º.
- 2 - Cada concorrente apenas poderá apresentar uma única proposta.
- 3 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, mediante comunicação à AMT através da plataforma eletrónica supra indicada.
- 4 - O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo, nos termos do n.º 2 do artigo 137.º do CCP.
- 5 - Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA à taxa legal em vigor.
- 6 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 7 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

8 - A apresentação das propostas deve obedecer aos termos definidos no CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9 - Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas apresentadas por um período não inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 16.º

Apresentação das propostas por agrupamentos

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos que a constituem devem ser assinados nos termos e com as condições do n.º 5 do artigo 57.º do CCP.

Artigo 17.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1 - No dia, útil, imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica da AMT supra identificada, ficando as propostas apresentadas disponíveis para consulta dos concorrentes incluídos na lista, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º do CCP.

2 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da publicitação da lista, de acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 138.º do CCP.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, configurando o preço o único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo do artigo 74.º do CCP.

Artigo 19.º

Critério de desempate

Caso as propostas recebidas apresentem o mesmo preço, será efetuado um sorteio na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, nos termos e na data e hora a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Artigo 20.º

Relatório Preliminar de análise das propostas

Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação supra, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual propõe (i) a ordenação das propostas, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 146.º do CCP, (ii) a exclusão das propostas, nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, devendo, também, fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, se aplicável, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo 146.º do CCP.

Artigo 21.º

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri, de acordo com a redação conferida pelo artigo 147.º do CCP, envia-o a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

Artigo 22.º

Relatório Final de análise das propostas

- 1 - Após decurso do prazo estabelecido no artigo 21.º o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera, se aplicável, as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 2 - Caso se verifique a modificação do teor e as conclusões do relatório preliminar, ou a exclusão de qualquer proposta por se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, o júri procede a uma nova audiência prévia, nos termos previstos do artigo 21.º, sendo subsequentemente aplicável o disposto no n.º 1 do presente artigo.
- 3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 4 - Compete ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO IV

ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 23.º

Decisão de adjudicação

- 1 - Todos os concorrentes serão notificados, em simultâneo, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, da decisão de adjudicação e da disponibilização do relatório final indicado no artigo 22.º.
- 2 - Juntamente com a notificação supra, a AMT notifica, ainda, o adjudicatário para:
 - a) Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à respetiva notificação;
 - d) Identificar os representantes do adjudicatário na assinatura do contrato e indicação da qualidade e poderes em que o outorgam, com cópias das certidões comerciais das sociedades ou das procurações, se for o caso.
- 3 - Caso se detete alguma(s) irregularidade(s) nos documentos apresentados, será concedido ao adjudicatário um prazo de 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
- 4 - No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo apresentar, até à data de assinatura do contrato, os seguintes documentos:
- a) Cópia do contrato de consórcio, devendo este indicar a percentagem de participação de cada um dos elementos do consórcio e a indicação do respetivo líder do consórcio;
 - b) Procuração outorgada por todos os membros do consórcio no seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da entidade adjudicante, ou seu representante, respeitantes ao contrato celebrado.

Artigo 24.º

Celebração do contrato

No cumprimento do disposto nos artigos 94.º e 104.º do CCP, a AMT comunicará o prazo para outorga e remessa do contrato a celebrar.

Artigo 25.º

Caução

A prestação da caução é dispensada, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 26.º

Notificações e comunicações

- 1 - As notificações e as comunicações efetuadas seguem o regime previsto no CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 - Para este efeito, o endereço eletrónico da plataforma a utilizar é o indicado no n.º 2 do artigo 2.º.

Artigo 27.º

Sigilo

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados de que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

Artigo 28.º

Foro

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente concurso será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

Artigo 29.º

Disposições finais

- 1 - No presente procedimento não é admissível a apresentação de propostas variantes, previstas no artigo 59.º do CCP, nem haverá lugar à realização de um leilão eletrónico, regulado pelos artigos 140.º a 148.º do CCP.
- 2 - Em tudo o omissso no presente programa do concurso observar-se-á o disposto no

CCP, no Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.